

África está a ganhar a guerra à mortalidade infantil

Nestes tempos de crise financeira na Europa, as boas notícias vêm dos países em desenvolvimento (PED). Há pouco tempo soube-se que tinham conseguido reduzir a pobreza. Agora, a África exhibe outro sucesso: uma drástica descida da mortalidade infantil. Um dos Objetivos do Milénio é que nos PED baixe dois terços relativamente ao nível de 1990. Pelo menos doze países africanos vão consegui-lo antes da data fixada, 2015.

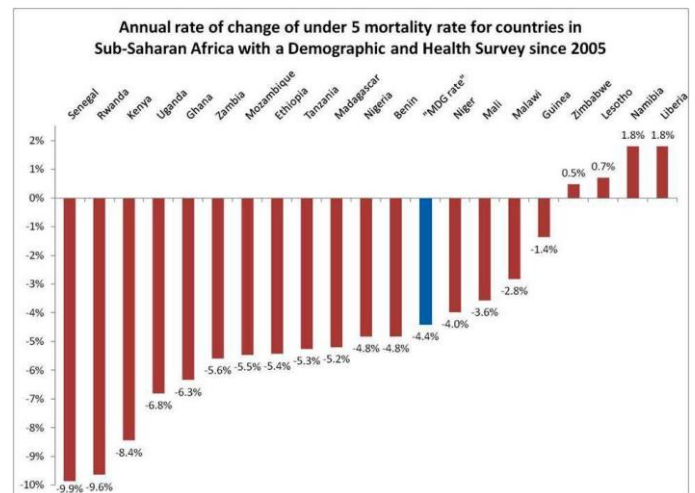
Os dados foram anunciados num blogue do Banco Mundial por uma diretora de departamento, Ritva Reinikka, e por um economista, Gabriel Demombynes, da mesma instituição. Referem-se a 20 países africanos onde se fizeram inquéritos de população e saúde desde 2005. Em quatro (Libéria, Namíbia, Lesoto e Zimbabwe) aumentou um pouco a mortalidade infantil de 2005 a 2010. Mas, na maioria dos restantes, registaram-se descidas significativas, espetaculares nalguns casos.

Para chegar ao Objetivo do Milénio, a mortalidade infantil tem de baixar para um ritmo médio de 4,4% ao ano. Doze países africanos conseguiram mais do que isso. Em primeiro lugar está o Senegal que, no quinquénio em causa, a baixou 9,9% ao ano, ou seja, de 121 mortes, de crianças menores de 5 anos por mil nascidos vivos, para 72. O Ruanda quase o alcança, com uma descida de 9,6%. Em terceiro está o Quênia, com 8,4%. O Uganda, recorda Reinikka, tinha nos anos 90 uma mortalidade infantil superior a 200 por mil; agora está em 90 por mil. Os restantes países podem-se ver no gráfico seguinte incluído na fonte citada.

A Índia levou 25 anos a ter uma melhoria semelhante à do Senegal em 5. A China, nos anos 80, desceu 3% ao ano. Só comparável o Vietname: de 1985 a 1995 reduziu essa mortalidade em 37%.

Sucesso africano em países grandes e pequenos, em todo o continente, com forte ou débil crescimento económico, de fecundidade alta ou baixa. Causas múltiplas, pouco conhecidas. Demombynes diz que 50% da descida queniana se deve a mosquiteiros impregnados de inseticida. De 2003 a 2008, passaram de 8% a 60% dos lares e, daí, a mortalidade infantil por malária caiu nas zonas onde a infeção é endémica.

Outros fatores: crescimento económico do país, ajuda externa, mais pessoal e melhores dotações na saúde... Mas nenhum tem relação clara com a descida desta mortalidade; tão-pouco a baixa da fecundidade. Para Demombynes, em todo o caso, foi um “milagre”.



Aprovação do casamento gay em França, não desativa a oposição

A Assembleia Nacional francesa aprovou, a 23 de abril passado, a lei que autoriza o casamento homossexual, diante de um grande movimento de oposição social. À queda da popularidade do presidente Hollande por causa da crise económica, do aumento do desemprego e da descoberta de contas opacas ao fisco, do ministro encarregado de lutar contra a fraude fiscal, junta-se agora uma forte crispação na convivência dos franceses. Antes de entrar em vigor, no próximo verão, o projeto deverá ser validado pelo Tribunal Constitucional. Os coletivos que se opõem à lei anunciam que irão prosseguir as suas ações, as quais incluirão aspetos culturais.

Representantes da “Manif pour Tous” (MPT) – o coletivo que juntou todos os grupos contrários à lei – consideram ser “a nova lei muito diferente de outras leis que autorizam o casamento homossexual, com diferentes modalidades. Em França, o casamento autoriza automaticamente a adoção. A partir daí, a nova legislação introduz uma ‘perversão’, já que destruirá a filiação de pais para filhos, agravada pela

procriação medicamente assistida, arruinando o fundamento último da célula familiar”.

O forte movimento de protesto revelou-se em várias manifestações de massa. A última, a 21 de abril, reuniu 270.000 pessoas (dados dos organizadores), ou 45.000 (dados da polícia), para defender a identidade do casamento como a união entre um homem e uma mulher. A pouca distância e ao mesmo tempo, outra manifestação defendia o casamento homossexual, e contava com 3.500 pessoas, segundo a polícia.

Frigide Barjot, uma das suas porta-vozes, justificou a mobilização afirmando que uma importante parte do eleitorado considera que o seu modelo social está a ser ameaçado. “Nem a UPM [o partido de Sarkozy] nem a FN [extrema direita] representam as nossas ideias”, sublinhou Barjot. Aqueles que protagonizaram a grande maioria da manifestação eram as famílias. O movimento em defesa do casamento não termina aqui: prepara-se uma nova manifestação para 26 de maio, diante do Tribunal Constitucional.

Antes da aprovação da lei, a MPT tinha depositado no Conselho Económico e Social, a 15 de fevereiro passado, as primeiras 694.428 assinaturas da petição contra o projeto.

A amplitude e persistência da rejeição social, assim como a escassa mobilização a favor, surpreendeu o governo, que tentou desacreditar os opositores. Mas, como disse o arcebispo de Paris, André Vingt-Trois, “reduzir essas manifestações a uma mania confessional, retrógrada e homófoba, não se enquadra evidentemente com aquilo que toda a gente pôde ver”.

O arcebispo de Paris denunciou também “a invasão organizada e militante da teoria de género, nomeadamente no setor educativo e, mais simplesmente, a tentação de recusar qualquer diferença entre os sexos”. E a verdade é que estas ideias provocaram também uma áspera polémica na lei de reforma escolar que se prepara. Uma emenda introduzida pela esquerda pretende que “a escola primária assegure as condições para a igualdade de género”. A deputada socialista Julie Sommaruga defendeu “a ideia de substituir as categorias de sexo e diferenças sexuais, que remetem para a biologia, pelo conceito de género, que mostra como as diferenças entre homens e mulheres não se baseiam na natureza, sendo sim construídas historicamente e socialmente transmitidas”. Estas abordagens fizeram disparar o alarme de parlamentares como Olivier Vial, para quem “substituir a palavra sexo por género denota uma posição ideológica”.

Os promotores da emenda tentam fazer ver que este ensino será positivo para as crianças, pois fomenta a igualdade entre homens e mulheres. Mas outros consideram que tal ideia de igualdade não se refere a uma mesma dignidade e direitos – algo que todos defendem – obedecendo sim a uma tentativa de desfocar a condição de homem e mulher, de pai e mãe, fazendo da identidade sexual algo “líquido”. Desde há pouco

tempo foi criado em França um “Observatório da teoria de género”, que já recolheu mais de 112.000 assinaturas para uma petição contra “o ensino da teoria de género na escola”.

J. I. M.

A exuberância de empregados públicos

Um traço dos países pobres é que se torna fácil contar com empregados privados. Com uma mão de obra pobre e não educada, há muita gente disposta a prestar serviços pessoais por pouco dinheiro. As famílias com certa posição social podem permitir-se contar com criado, vigilante da casa, cozinheiro, pessoal de limpeza ou de *baby sitters*, de acordo com as suas necessidades e sem grandes gastos. Nos estabelecimentos comerciais e de escritórios proliferam também personagens dispostos a abrir portas, transferir papéis, dar recados; a sua contribuição não é grande valor acrescentado, mas, para eles, significa rendimento garantido, mesmo que mínimo.

Quando o país prospera, essas camadas laborais estreitam-se. Uma mão de obra mais educada procura trabalhos mais lucrativos ou adequados à sua formação. E os que continuam a desempenhar esses trabalhos pessoais, também se profissionalizam e reclamam melhores salários, o que, a longo prazo, faz com que os seus serviços fiquem só ao alcance de pessoas mais acomodadas. Mais progresso, implica menos criados e mais autosserviço.

Pelo contrário, nos países ricos, aquilo que tende a aumentar é o número de empregados públicos, sejam eles funcionários ou pessoal contratado pelas administrações públicas. No setor privado, a mão de obra contratada é regulada pelas exigências do negócio e aumenta ou diminui em função da atividade, no caso de a lei laboral não colocar excessivos entraves ao despedimento. No setor público, em tempos de prosperidade, o emprego tende a aumentar a um ritmo superior ao crescimento económico.

A multiplicação dos empregados públicos é consequência da expansão das atividades do setor estatal, o que leva a um aumento secular da despesa pública segundo a conhecida lei de Wagner. O economista alemão Adolph Wagner (1835-1917) observou já no seu tempo que o aumento do crescimento económico de um país acarreta um aumento ainda maior da despesa pública. Wagner observou que a despesa pública cresce, porque à medida que sobe o nível de vida, os cidadãos têm maiores exigências em saúde, educação, infraestruturas, segurança, pensões... Além disso, esses bens públicos aumentam a um ritmo superior ao crescimento económico e, quando o crescimento desacelera ou diminui, os cidadãos resistem a aceitar uma redução dos serviços oferecidos pelo Estado. Daí que a despesa pública não diminua na mesma proporção que as receitas fiscais, e que o Estado se veja obrigado a endividar-se.

Mas o endividamento tem um limite, como se comprovou, por exemplo, em Espanha, e à beira do abismo só resta adequar a despesa pública às possibilidades de financiamento. Evidentemente, se o Estado vai prestar menos serviços, serão precisos menos empregados públicos.

E tudo indica que, em Espanha, o emprego público cresceu não só por efeito da Lei de Wagner como, também, pela ânsia dos políticos de elevar a sua quota de poder e pelas exigências do clientelismo, embora em muitos casos houvesse uma procura por parte dos cidadãos. Tão-pouco existiu resistência. Há sempre pessoas e grupos que pressionam para ampliar as atividades do setor público, porque assim encontrarão oportunidades laborais ou de negócio. Pelo contrário, não há suficientes interesses comuns que possam aglutinar uma resistência a essa expansão descontrolada, que, no final, repercute o seu custo sobre todos os cidadãos.

Um exemplo claro é o dos canais de televisões públicas regionais, como se viu há pouco pela asfixia financeira do Canal 9, em Valência, ou do Telemadrid.

O curioso do caso do Canal 9 é que o seu quadro de pessoal foi crescendo até 1.700 trabalhadores – mais do que o Telecinco ou o Antena 3 – enquanto que os seus prejuízos se elevavam a 300 milhões de euros por ano e a sua audiência não passava dos 6% na Comunidade Valenciana. Atualmente, existem planos para reduzir esse quadro a 400 trabalhadores, indicando que havia um quadro desmesurado para uma audiência muito pequena.

Mas o desperdício de fundos públicos não é algo exclusivo do Canal 9. Como se recordou na discussão no Senado espanhol da nova Lei Audiovisual, em 2010, as 13 televisões públicas autonómicas custaram 1.750 milhões de euros, dos quais 80% vinham de fundos públicos. E, em conjunto, só são seguidas por 10% da audiência. É um exemplo de serviço público para telespectadores que não desejam ser servidos.

Se o excesso de empregados privados é a marca dos países pobres, a exuberância de empregados públicos é um sinal dos países que pensam ser ricos até comprovarem que não podem pagar as faturas.

I. A.

“¿Un mundo *sin* Dios”

Autor: Francisco Santamaría Rialp.
Madrid (2012).
126 págs.

Parece evidente que uma parte da sociedade atual tende a colocar a religião “sob suspeita” quando de algum modo pretende projetar-se socialmente, para lá dos âmbitos e das consciências individuais. Assim, as máximas, de fácil equívoco e deturpação, de que o Estado não tem confissão religiosa e é religiosamente neutro, de que “o público” deve ser “laico”, e de

que nos âmbitos de todos só há lugar ao que é “de todos” – e a religião não o é – desembocaram muitas vezes em conclusões falsas: que os espaços públicos devem ser asséticos (no sentido de ideologicamente niilistas), que às instituições públicas não lhes cabe atender às solicitações religiosas dos cidadãos, ou que no debate público não há lugar para as propostas de origem ou inspiração religiosa. Tendo isto em conta, são bem-vindas as contribuições intelectuais que contribuam para refutar tais afirmações.

Na obra que escreveu, Francisco Santamaría, evidenciando a sua formação filosófica e com pretensões de divulgação, alheias à erudição ou ao tecnicismo jurídico, coloca o dedo nas feridas adequadas para resolver acertadamente estas questões. Coloca, portanto, nos seus justos termos, a legítima autonomia e separação entre as realidades temporais e as religiosas, e neutraliza, totalmente, a injusta pretensão de que os âmbitos e espaços públicos ou a convivência política devam articular-se necessariamente à margem da religião.

Assim, Santamaría recorda que o facto religioso é um facto social, aspeto imprescindível para compreender esta problemática; que a neutralidade estatal não consiste em erradicar a religião, pelo que o laicismo não tem nada de neutral; que o espaço público, por conseguinte, não é um espaço necessariamente laico, mas constitutivamente plural, de acordo com a diversidade social que acolhe; que a democracia não é intrinsecamente um regime contrário à “permeabilidade religiosa”.

Neste aspeto, o autor, com afinco, combate a pretensão laicista de deslegitimar o influxo político da religião – com as suas pretensões de verdade – nas decisões coletivas: e a verdade é que somos amplamente testemunhas do desejo de alguns de excluir do debate político a voz das confissões religiosas, ou dos simples cidadãos que avancem com propostas de inspiração religiosa. Perante isto, fácil é opor que, na arena pública, há lugar para todos.

Em resumo, Francisco Santamaría apresenta-nos um trabalho esclarecedor sobre questões de grande atualidade e ao alcance de qualquer um, embora, logicamente, os leitores com formação filosófica ou jurídica irão tirar o maior partido. E muito bem escrito, de leitura ágil e amena, com muitos exemplos da própria vida.

T. P. A.

